

IMPACTO DA MIGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO

IMPACT OF MIGRATION ON THE BRAZILIAN FORMAL LABOR MARKET

Yunier Sarmiento Ramírez

Doutor, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: yunier@ufam.edu.br

Isac Silva De Jesus

Doutor, Hospital Universitário Getúlio Vargas, Brasil

E-mail: isacs.jesus@gmail.com

Yadira Pérez Cutino

Mestra, Faculdade SENAC AM, Brasil

E-mail: yadira.cutino@am.senac.br

Recebido: 15/09/2025 – Aceito: 23/09/2025

Resumo

O estudo investiga o impacto da migração no mercado de trabalho formal brasileiro entre 2012 e 2022, analisando a evolução da participação dos migrantes e sua distribuição regional. A pesquisa utiliza dados do SISMIGRA e da RAIS para avaliar tendências e padrões de inserção dos trabalhadores migrantes, combinando análise descritiva e inferencial por meio de modelos de regressão linear e log-lin. Os resultados indicam um crescimento contínuo na proporção de migrantes empregados formalmente, com um aumento percentual médio anual de 9,4%. Entretanto, a distribuição de migrantes no mercado formal não ocorre de maneira homogênea entre os estados, sendo mais expressiva em São Paulo, Santa Catarina e Paraná, enquanto Roraima e Amazonas registram fluxos intensos, mas com desafios na integração ao emprego formal. A literatura demonstra que a migração pode contribuir para a economia, mas enfrenta barreiras estruturais, como discriminação e segmentação ocupacional. O estudo conclui que políticas públicas de inclusão e qualificação são fundamentais para promover a integração dos migrantes e garantir sua participação sustentável no mercado de trabalho formal, maximizando os benefícios econômicos e sociais da migração para o Brasil.

Palavras chaves: Migração; Mercado de trabalho; Análise estatística; Migrante; Emprego.

Abstract

The study investigates the impact of migration on the Brazilian formal labor market between 2012 and 2022, analyzing the evolution of migrant participation and its regional distribution. The research uses data from SISMIGRA and RAIS to evaluate trends and patterns of migrant workers' insertion, combining descriptive and inferential analysis through linear and log-linear regression models. The results indicate a continuous growth in the proportion of formally employed migrants, with an average annual percentage increase of 9.4%. However, the distribution of migrants in the formal labor market is not homogeneous across states, being more significant in São Paulo, Santa Catarina, and Paraná, while Roraima and Amazonas register intense migration flows but face challenges in integrating migrants into formal employment. The literature demonstrates that migration can contribute to the economy but encounters structural barriers such as discrimination and occupational segmentation. The study concludes that public policies for inclusion and professional qualification are essential to promote migrant integration and ensure their sustainable participation in the formal labor market, maximizing the economic and social benefits of migration for Brazil.

Keywords: Migration; Labour market; Statistical analysis; Migrant; Employment.

1. Introdução

A migração internacional tem se intensificado nas últimas décadas, impulsionada por desigualdades socioeconômicas, instabilidades políticas, conflitos armados e mudanças ambientais. No Brasil, a crescente chegada de migrantes reflete não apenas as transformações globais, mas também fatores internos, como políticas migratórias e a demanda por mão de obra em setores específicos da economia. A inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho formal e informal tem sido objeto de análise por diversos estudos, que buscam compreender seus impactos na economia e na estrutura ocupacional do país (Dos Santos et al., 2010; Peixoto, 2004).

A relação entre migração e mercado de trabalho é amplamente discutida na literatura, considerando tanto abordagens microeconômicas, que destacam a racionalidade individual do migrante na busca por melhores oportunidades (Becker, 1993), quanto macroeconômicas, que relacionam os fluxos migratórios às dinâmicas estruturais do capitalismo e às oscilações do mercado de trabalho

(Harris; Todaro, 1970; Villarroel, 2021). Estudos empíricos demonstram que os migrantes frequentemente ocupam postos de trabalho rejeitados pela população local, sofrendo dificuldades de inserção devido a barreiras institucionais, discriminação e segmentação ocupacional (Jiménez, 2021; Neto; Simões, 2020). No Brasil, a migração tem reforçado um papel relevante na economia, especialmente com o crescimento da participação de imigrantes sul-americanos e caribenhos no mercado de trabalho formal e informal (Carneiro, 2017).

Embora a presença de migrantes no mercado formal brasileiro tenha sido tema de alguns estudos, grande parte das pesquisas se concentra em análises amplas da economia nacional, sem considerar as variações regionais e a evolução temporal desse aspecto (Simões et al., 2020). Assim, este estudo busca preencher essa lacuna, investigando a proporção de migrantes empregados formalmente pelo Estado e ao longo do período de 2012 a 2022, considerando fatores estruturais que influenciam essa dinâmica. A análise da inserção dos migrantes permite não apenas quantificar a sua participação no mercado formal, mas também identificar padrões e tendências que podem subsidiar políticas públicas de emprego e regulação migratória.

O problema central desta pesquisa pode ser sintetizado na seguinte questão: como a migração impacta o mercado de trabalho formal brasileiro, em termos de evolução e distribuição da proporção de migrantes empregados formalmente entre os anos de 2012 a 2022 e entre diferentes Estados? A partir desse questionamento, o objetivo principal desta pesquisa é analisar o impacto da migração no mercado de trabalho formal brasileiro, com foco na proporção de migrantes empregados formalmente em cada Estado e ao longo do tempo. Para isso, serão analisadas estatísticas baseadas em dados das bases OBMIGRA, SISMIGRA e RAIS, que possibilitam uma avaliação detalhada das especificações migratórias e suas repercussões no emprego formal no Brasil.

Este estudo possui relevância tanto acadêmica quanto prática. Do ponto de vista acadêmico, contribui para o aprofundamento das discussões sobre migração e mercado de trabalho, oferecendo uma análise mais segmentada por região e período. No aspecto prático, os resultados podem auxiliar na formulação de políticas públicas, promovendo a integração social e econômica dos migrantes e

garantindo melhores condições de empregabilidade. A escolha do período de 2012 a 2022 também é estratégica, pois permite avaliar os efeitos das mudanças políticas e econômicas recentes, incluindo a crise migratória venezuelana, os impactos da pandemia de COVID-19 e as transformações no mercado de trabalho brasileiro.

Ao compreender a relação entre migração e empregabilidade, este estudo busca contribuir para um debate mais moderno sobre os desafios e as oportunidades de inserção de trabalhadores migrantes no Brasil, oferecendo subsídios para a implementação de medidas que favoreçam sua integração e promovam o crescimento econômico sustentável.

2. Revisão da Literatura

A migração e sua relação com o mercado de trabalho têm sido amplamente estudadas sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Desde os primeiros modelos explicativos até abordagens contemporâneas, a literatura destaca os fatores que impulsionam os fluxos migratórios e seus impactos econômicos, sociais e políticos nos países receptores. No contexto brasileiro, compreender a inserção dos imigrantes no mercado formal e informal é essencial para avaliar os desafios e as oportunidades dessas características.

Os estudos migratórios podem ser analisados a partir de abordagens microeconômicas, que enfatizam a tomada de decisão individual do migrante, e macroeconômicas, que consideram fatores estruturais da economia e da sociedade (Dos Santos et al., 2010; Peixoto, 2004). A Teoria do Capital Humano (Becker, 1993) argumenta que a decisão de migrar está relacionada à busca por oportunidades econômicas, sendo um melhor investimento racional feito por indivíduo ou pela família. Essa perspectiva é complementada pela abordagem das novas economistas da migração, que destacam a importância da tomada de decisão conjunta entre migrantes e não migrantes, considerando os riscos e os retornos da mobilidade (Dos Santos et al., 2010).

No nível macroeconômico, a Teoria Neoclássica das Migrações (Harris; Todaro, 1970) sugere que as migrações são motivadas pelas diferenças salariais e pelas

taxas de desemprego entre regiões, influenciando o tamanho e a composição dos fluxos migratórios. A abordagem histórico-estruturalista, por sua vez, enfatiza a relação entre migração e desenvolvimento do capitalismo, ressaltando que a mobilidade da força de trabalho está condicionada pelas dinâmicas de exploração e desigualdade do sistema econômico global (Peixoto, 2004; Villarroel, 2021).

Everett Lee (1966) contribuiu com a formulação do modelo push-pull, que classifica os fatores de atração e repulsão que impulsionam as migrações (Dos Santos et al., 2010). Enquanto aspectos positivos, como oferta de emprego e estabilidade econômica, atraem imigrantes, fatores negativos, como conflitos e crises econômicas, forçam a saída de indivíduos de seus países de origem. No contexto brasileiro, esses fatores se refletem na chegada expressiva de imigrantes sul-americanos e caribenhos em busca de melhores condições de vida (Carneiro, 2017).

A inserção de migrantes no mercado de trabalho pode ser comprovada sob diferentes perspectivas. A literatura aponta que, em muitos casos, os imigrantes enfrentam dificuldades na validação de diplomas e no reconhecimento de suas qualificações, ou que os levam a ocupar empregos de menores remunerações e qualificação do que os nativos (Weiss; Fontana, 2023; Cavalcanti et al., 2015). No Brasil, os imigrantes têm maior inserção no mercado formal, mas frequentemente encontram barreiras institucionais que limitam seu pleno aproveitamento econômico (Simões et al., 2020).

A economia brasileira, historicamente marcada por altas taxas de desemprego, subemprego e informalidade, absorve imigrantes tanto em setores especializados quanto em nichos precarizados (Neto, Germer, 2013). Estudos indicam que os migrantes se concentram no setor de serviços e no comércio, muitas vezes em empregos temporários ou informais, reforçando a ideia do imigrante como parte do Exército Industrial de Reserva (Oliveira, 2020; Nazaré, 2021). A lógica capitalista de acumulação e exploração da mão de obra, conforme descrita por Marx, explica a crescente inserção dos migrantes em posições de trabalho flexíveis e vulneráveis (Nikolaos; Tsaliki, 2021; Alami; Copley; Moraitis, 2023).

Estudos empíricos demonstram que a discriminação racial e de nacionalidade impactam a inserção dos migrantes no mercado de trabalho. No Brasil, Vilela;

Collares e De Noronha. (2015) identificaram que migrantes negros e estrangeiros possuem média salarial inferior aos migrantes brancos. Além disso, os imigrantes sul-americanos e africanos tendem a enfrentar maiores barreiras do que aqueles provenientes da América do Norte e da Europa (Neto; Simões, 2020). Fatores como a barreira linguística e a falta de redes de contatos também dificultam o acesso a empregos formais e bem remunerados (Pulido; Varón, 2024).

A migração tem impactos macroeconômicos significativos, especialmente no que se refere à oferta de trabalho e à distribuição de renda. Estudos mostram que, ao longo da última década, a participação dos migrantes na economia brasileira aumentou, impulsionada tanto por fluxos laborais quanto por migração humanitária (Simões et al., 2020; Carneiro, 2017). O Brasil tem sido um destino prioritário para imigrantes sul-americanos, haitianos e venezuelanos, atraídos por oportunidades no mercado formal e informal (Leão et al., 2017).

A literatura empírica sobre a migração buscada compreende os impactos da presença de imigrantes no mercado de trabalho, considerando fatores como empregabilidade, inovação, setor de inserção, discriminação e políticas migratórias. Estudos realizados em diferentes contextos nacionais mostram que a participação dos migrantes nas economias dos países receptores pode gerar tantos efeitos positivos quanto aos desafios estruturais.

No Brasil, a inserção de migrantes no mercado de trabalho tem sido caracterizada por um perfil de vulnerabilidade social e ocupacional, com participação elevada no setor informal e em ocupações de baixos salários (Cavalcanti et al., 2015; Neto; Simões, 2020). Segundo Neto e Simões (2020), em 2019, os imigrantes da América Central e Caribe possuíam a menor média salarial no mercado formal brasileiro (R\$ 1,8 mil), enquanto os migrantes da América do Norte apresentavam os rendimentos mais elevados (R\$ 19,8 mil). Essa disparidade reflete não apenas diferenças nas qualificações dos imigrantes, mas também barreiras institucionais, como dificuldades na validação de diplomas e no reconhecimento profissional.

Além da questão salarial, a discriminação racial e de origem nacional tem sido apontada como um fator determinante na desigualdade de oportunidades para os migrantes no Brasil. Vilela et al. (2015) identificaram que tanto os migrantes brasileiros que mudam de estado quanto os imigrantes estrangeiros discutem

diferenças salariais com base na raça/cor, sendo os migrantes negros e os imigrantes sul-americanos e africanos mais expostos a receber menores remunerações. Essa desigualdade se reflete regionalmente, com maior discriminação em estados que recebem grandes contingentes de migrantes de países vizinhos (Carneiro, 2017).

A segmentação ocupacional também é um fator relevante na análise do impacto da migração. Oliveira e Oliveira (2020), com base em dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, identificaram uma alta concentração de imigrantes no mercado informal, predominantemente nos setores de comércio e serviços. A informalidade ocorre, em grande parte, pela dificuldade dos imigrantes em obter empregos formais devido à falta de redes de contatos, barreiras linguísticas e exigências burocráticas para reconhecimento de diplomas e certificações profissionais (Pulido; Varón, 2024). No Brasil, a amostragem de migrantes no mercado de trabalho se dá tanto para trabalhadores envolvidos quanto para aqueles em ocupações que cancelam pouca formação, refletindo déficits estruturais em algumas áreas da economia (Cavalcanti et al., 2015).

No contexto internacional, diversos estudos apontam que os migrantes frequentemente ocupam postos de trabalho rejeitados pela população local. Jiménez (2021), ao analisar o impacto da migração no mercado de trabalho chileno entre 2010 e 2019, destacou que os imigrantes, embora percebam inicialmente mais altos do que os nativos, passaram a receber remunerações inferiores ao longo do tempo, devido ao aumento da oferta de mão de obra estrangeira. Além disso, o estudo revelou que a presença de imigrantes não alterou significativamente as taxas de desemprego do país, contrariando a percepção popular de que os estrangeiros competem com os trabalhadores locais por empregos.

A situação observada no Chile também se repete em países europeus. Urriza (2008), ao analisar os impactos da migração na Espanha, acordos que os imigrantes frequentemente assumem ocupações informais e empreendem por necessidade, muitas vezes sem acesso a direitos trabalhistas. Durante períodos de crise econômica, como o registrado no final da década de 2000, a tendência de retorno ao país de origem aumentou entre os imigrantes, mas o fluxo econômico migratório contínuo, demonstrando que fatores estruturais impulsionaram a

mobilidade da força de trabalho, independentemente do contexto.

A relação entre imigração e políticas públicas também tem sido explorada em pesquisas recentes. Mitterbacher, Fleiß e PALAN (2024) discutem como as políticas migratórias influenciam a percepção social dos migrantes e afetam a sua integração no mercado de trabalho. Nos países ocidentais, a imigração muitas vezes é vista como um fardo econômico, levando governos a adotar restrições para limitar a entrada de trabalhadores estrangeiros. No entanto, há evidências de que a imigração pode ser benéfica para o crescimento econômico e para o desenvolvimento da força de trabalho, desde que políticas adequadas sejam inovadoras para garantir a inclusão social e a mobilidade ocupacional dos imigrantes (Vilela, 2011).

Outro aspecto relevante nos estudos empíricos sobre a migração é a mudança no perfil dos imigrantes ao longo do tempo. Simões et al. (2020) analisaram a evolução da evolução no Brasil entre 2010 e 2019, identificando um aumento de 168% no número total de imigrantes no mercado formal e um crescimento de 23,9% no volume de trabalhadores envolvidos. No entanto, a chegada de imigrantes por razões humanitárias, especialmente do Haiti e da Venezuela, alterou a composição desse grupo, resultando em uma redução proporcional de imigrantes com alta qualificação na última década (Simões et al., 2020).

A situação dos refugiados no mercado de trabalho também tem sido tema de pesquisas. Estudos mostram que esse grupo enfrenta maiores dificuldades de inserção no mercado formal, devido à falta de planejamento migratório e às barreiras institucionais. Carneiro (2017) destaca que a ausência de documentação adequada e a dificuldade dos processos de regularização dificultam o acesso dos refugiados aos empregos formais, levando muitos a ocuparem cargos de trabalho precarizados.

O impacto da pandemia de COVID-19 na população migrante também tem sido um ponto de análise recente. Tonhati e Macêdo (2021) avaliaram a participação de mulheres imigrantes no mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia e identificaram uma redução de 28% nas admissões desse grupo em relação a 2019. O impacto foi maior entre as venezuelanas, que já enfrentaram desafios estruturais devido à barreira linguística e à falta de reconhecimento profissional (Silva; Bento,

2021). A pandemia intensificou a vulnerabilidade econômica dos imigrantes, acentuando a segregação ocupacional e a concentração desses trabalhadores em nichos de baixos salários.

Em termos salariais, Neto e Simões (2020) demonstraram que a desigualdade de gênero também se faz presente entre os trabalhadores migrantes no Brasil. Homens provenientes de países do Norte Global ganham, em média, 47,9% a mais do que as mulheres migrantes, evidenciando disparidades de gênero na distribuição dos rendimentos. Essas manifestações também foram identificadas na Europa e na América do Norte, onde os migrantes do Sul Global tendem a ocupar posições menos valorizadas economicamente (Tonhati; Macêdo, 2021).

Dessa forma, a literatura empírica demonstra que a migração é uma característica estrutural que impacta diretamente o mercado de trabalho, alterando a dinâmica da oferta de emprego, a segmentação ocupacional e a estrutura salarial. No Brasil, embora os migrantes desempenhem um papel fundamental na economia, a presença de barreiras institucionais e de discriminação limita seu potencial de contribuição econômica plena. Os estudos revisados apontam para a necessidade de políticas públicas mais inclusivas, que promovam a integração dos imigrantes na força de trabalho de maneira equitativa, garantindo-lhes acesso a oportunidades condizentes com suas qualificações e habilidades.

3. Metodologia

A presente pesquisa buscou analisar o impacto da migração no mercado de trabalho formal no Brasil, com foco específico na proporção de migrantes empregados formalmente ao longo dos anos. Para isso, será adotada uma combinação de técnicas estatísticas que possibilitam tanto uma análise descritiva quanto inferencial sobre a evolução dos migrantes no mercado formal.

Esta pesquisa classifica-se como um estudo quantitativo de natureza explicativa, uma vez que visa analisar relações causais e padrões entre variáveis, buscando entender o impacto da migração no mercado de trabalho formal brasileiro. A partir de uma perspectiva estatística, a pesquisa também pode ser considerada de caráter longitudinal, já que examina dados ao longo do tempo (de 2012 a 2022),

permitindo observar a evolução de tendências e possíveis mudanças estruturais no comportamento dos migrantes no mercado formal.

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, que se baseia na coleta, análise e interpretação de dados numéricos para explorar padrões e relações entre as variáveis estudadas. Essa abordagem é apropriada para responder questões como: "A proporção de migrantes no mercado formal varia ao longo do tempo?" e "Há diferenças significativas na proporção de migrantes entre os Estados brasileiros?". Além disso, a abordagem quantitativa permitirá o uso de técnicas estatísticas, como a regressão, que fornecem resultados precisos e generalizáveis.

Os dados utilizados na pesquisa são de natureza secundária, sendo provenientes de bases de dados governamentais confiáveis e acessíveis, como: OBMIGRA: Base de dados que fornece informações detalhadas sobre a quantidade de migrantes por ano, suas principais nacionalidades, proporção de migrantes no mercado formal, admissões, setores de atividade e grupos ocupacionais. Nesta base, constam os dados de entrada de imigrantes no Sistema de Registro Nacional Migratório - SISMIGRA. Base contém informações sobre o número total de trabalhadores no mercado formal por ano e por Estado extraídas da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

Os dados coletados abrangem o período de 2012 a 2022, permitindo uma análise longitudinal ao longo de 11 anos no Brasil e nas unidades federativas brasileiras (Estados). Para efeitos da análise, será utilizada a proporção de migrantes no mercado formal, calculada a partir da razão entre o número de migrantes empregados formalmente e o total de empregos formais em cada Estado e ano.

A metodologia combinou uma análise descritiva dos dados, a fim de entender o comportamento inicial das variáveis, com uma análise inferencial. Inicialmente, os dados foram organizados para identificar o número total de migrantes formalmente empregados a cada ano, bem como sua proporção em relação ao total de empregos formais ocupados por brasileiros. Além disso, foram calculadas as taxas anuais de crescimento da inserção de migrantes no mercado formal, utilizando os registros anuais como base.

Na análise inferencial, com o uso de técnicas como a regressão, foi possível avaliar o impacto da migração no mercado de trabalho formal brasileiro ao longo do tempo.

Essas técnicas permitiram verificar se as proporções de migrantes nos empregos formais mudaram de forma significativa ao longo dos anos.

A regressão simples fornece a variação absoluta sobre as taxas de crescimento e ajuda a entender como a proporção de migrantes tem mudado ao longo do tempo. A regressão focou nas mudanças lineares ou de crescimento ao longo do tempo. Para melhor compreensão do comportamento das variáveis em estudo, utilizamos o modelo log-lin (logarítmico-linear) ou modelo de crescimento (ou diminuição) constante. Este tipo de análise é utilizado quando se espera que a variável dependente cresça ou diminua a uma taxa constante ao longo do tempo ou em relação a outra variável. Neste modelo, o logaritmo da variável dependente é utilizado, enquanto a variável independente permanece sem transformação, sendo indicado quando a relação entre a variável dependente e a independente é exponencial (Gujarati e Porter, 2011).

Para a tabulação dos dados e produção de gráficos utilizamos o software Microsoft Excel e para as análises estatísticas, o software Statistical Package for Social Sciences (SPSS) 25.0, uma ferramenta amplamente utilizada em pesquisas sociais e econômicas para a aplicação de técnicas estatísticas avançadas.

A análise de regressão linear simples foi feita para examinar a relação linear entre o tempo (contabilizado em anos) e a proporção de migrantes no mercado formal no Brasil no período de 2012 a 2022. A partir do uso de tal técnica analítica, foi possível verificar se o tempo exercia um impacto significativo sobre a proporção de migrantes empregados formalmente. Esta análise inferencial complementou a análise descritiva e ofereceu uma visão mais detalhada da tendência observada ao longo dos anos a través da equação:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 \cdot X + u_i$$

Onde:

- Y: Proporção de migrantes no mercado formal (variável dependente);
- X: Tempo, expresso em anos (variável independente);
- β_0 : Intercepto, representando o valor inicial de Y;
- β_1 : Coeficiente angular, que indica a variação de variação Y para cada unidade adicional de X;

- u_i : Termo de erro aleatório.

Os dados foram processados por meio do método de mínimos quadrados ordinários (OLS), garantindo estimativas consistentes dos parâmetros. O ajuste do modelo foi avaliado por análises como o coeficiente de determinação (R^2) e o erro padrão da estimativa, que mede a capacidade explicativa do modelo e a precisão das estimativas, respectivamente.

Os coeficientes do modelo foram testados individualmente para determinar sua significância, empregando testes para construir medidas de confiança para os parâmetros β_0 e β_1 .

Para garantir a robustez do modelo, foram realizados testes para avaliar as suposições da regressão linear, incluindo:

1. Normalidade dos resíduos: Verificada com o teste de Shapiro-Wilk, garantindo que os resíduos seguem uma distribuição normal.
2. Independência dos erros: Analisada por meio da estatística de Durbin-Watson, que avalia a ausência de autocorrelação entre os resíduos.
3. Homocedasticidade: Avaliada pelo teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg, que examina a constância da variância dos resíduos ao longo dos valores preditos.

Após confirmar a adequação do modelo e suas suposições, os resultados foram organizados em tabelas para facilitar a interpretação e a validação das hipóteses.

Logo a análise de regressão log-lin foi realizada para capturar a relação entre o tempo (anos) e a proporção de migrantes empregados formalmente no mercado de trabalho brasileiro, com o objetivo de modelar padrões de crescimento proporcional ao longo do período de 2012 a 2022. Este modelo utiliza uma transformação logarítmica na variável dependente, resultando na seguinte equação:

$$\ln(Y) = \beta_0 + \beta_1 \cdot X + u_i$$

Onde:

- $\ln(Y)$: Logaritmo natural da proporção de migrantes formalmente empregados (variável dependente transformada);
- X : Tempo, expresso em anos (variável independente);
- β_0 : Intercepto, representa valor inicial do logaritmo de Y ;

- β_1 : Coeficiente angular, que representa a variação proporcional de Y para cada unidade adicional de X;
- u_i : Termo de erro aleatório.

Após a transformação dos dados, o modelo foi ajustado utilizando o método de mínimos quadrados ordinários (OLS). O principal objetivo desta abordagem foi captar padrões de crescimento percentual ao longo do tempo, considerando que as mudanças na proporção de migrantes formalmente empregados são melhor representadas de forma exponencial.

Os resultados foram revertidos para a escala original (Reversão da transformação logarítmica), permitindo interpretar os valores ajustados do modelo como:

$$Y = e^{(\beta_0 + \beta_1 X)}$$

Isso facilita a análise da proporção de migrantes em termos absolutos e percentuais ao longo do tempo. Desta forma, o modelo log-lin apresenta uma abordagem que captura de forma mais realista o crescimento exponencial da proporção de migrantes, algo que o modelo linear não permite. A transformação logarítmica possibilita uma interpretação prática dos coeficientes em termos de taxas percentuais, sendo particularmente útil em contextos onde os dados apresentam crescimento proporcional.

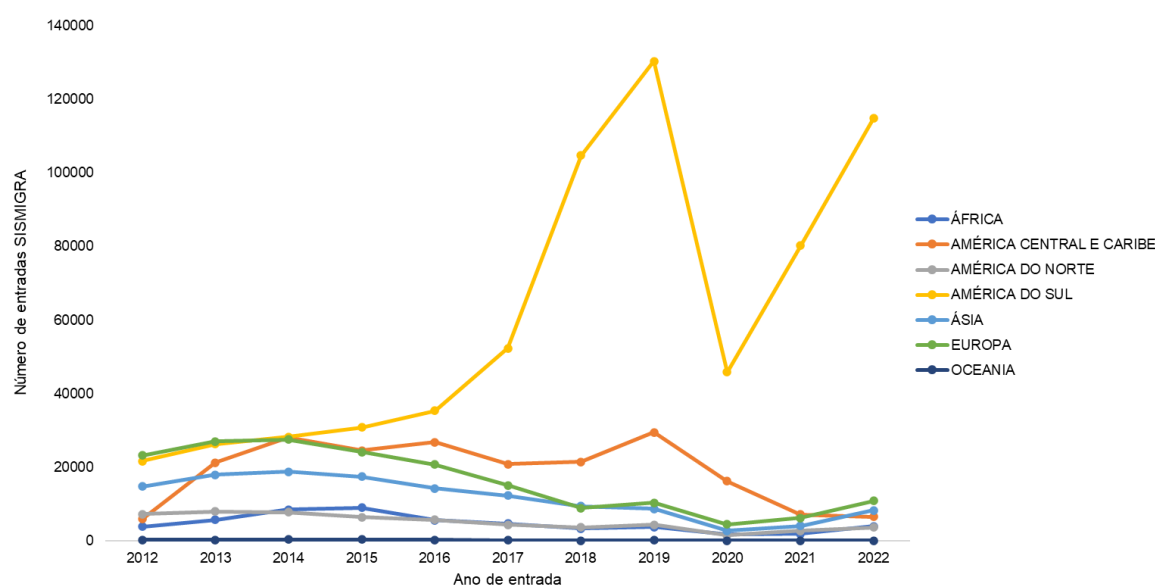
Finalmente, recorreremos a uma abordagem descritiva para ilustrar a distribuição e a dinâmica dos migrantes no mercado de trabalho formal entre as Unidades da Federação. Essa análise descritiva utilizou dados agregados e visualizações gráficas, para examinar a concentração de migrantes em diferentes estados e identificar tendências regionais ao longo do período analisado.

4. Resultados

Nesta seção, são apresentados os principais resultados da análise sobre a participação dos migrantes no mercado de trabalho formal no Brasil entre 2012 e 2022. A análise foi realizada com base nos dados das bases SISMIGRA, RAIS e OBMIGRA, permitindo identificar padrões de crescimento, variações regionais e os impactos de eventos econômicos e sociais sobre a inserção da mão de obra

migrante. O Gráfico 1 mostra a evolução das entradas de migrantes no Brasil segundo o SISMIGRA, destacando mudanças no perfil dos residentes estrangeiros ao longo do tempo.

Gráfico 1 - Evolução das entradas de imigrantes, cadastrados no SISMIGRA, considerando o continente de origem, no período de 2012 a 2022



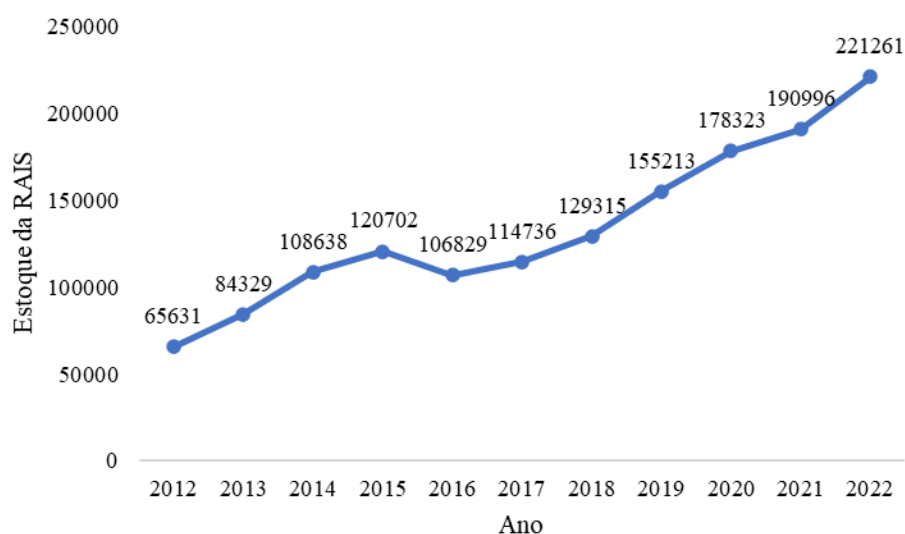
Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório - SISMIGRA, 2012-2022.

Entre 2013 e 2017, a maioria dos imigrantes era composta por homens da América Central e Caribe. A partir de 2018, observa-se uma predominância de migrantes sul-americanos, especialmente venezuelanos. Esse fluxo foi interrompido pela pandemia de COVID-19 em 2020, quando ocorreu um declínio acentuado nas entradas. No entanto, em 2021 e 2022, os fluxos voltaram a crescer, mantendo o predomínio da população sul-americana, tanto masculina quanto feminina.

A evolução do estoque de migrantes no mercado formal brasileiro é ilustrada pelo Gráfico 2, evidenciando um crescimento significativo ao longo dos anos.

Em 2012, o número de migrantes formalmente empregados era 65.631, chegando a 221.261 em 2022. O período de 2018 a 2019 apresentou um crescimento expressivo, ultrapassando 150 mil trabalhadores migrantes no mercado formal.

Gráfico 2 -Evolução do Estoque de Migrantes no Mercado de Trabalho Formal no Brasil (2012-2022)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2012-2022.

Durante a pandemia, diferentemente do esperado, não houve queda, mas sim um aumento na inserção de migrantes, possivelmente devido à necessidade de mão de obra em setores essenciais. A partir de 2021 e 2022, o crescimento acelerado foi retomado, revelando um processo de recuperação econômica e reabertura do mercado de trabalho.

A Tabela 1 apresenta a evolução da proporção de migrantes empregados formalmente em relação ao total de trabalhadores brasileiros. O número de migrantes empregados formalmente no Brasil aumentou significativamente de 2012 para 2022.

Em 2012, havia cerca de 72.852 migrantes formalmente empregados, enquanto em 2022 esse número caiu 224.301, representando um crescimento expressivo. Esse aumento no número de migrantes formalmente empregados reflete um processo contínuo de inserção dessa população no mercado de trabalho brasileiro. A força de trabalho formal brasileira também aumentou, embora de forma mais modesta, passando de 47.458.712 em 2012 para 52.748.829 em 2022.

Tabela 1 - Evolução da Proporção de Migrantes Empregados Formalmente no Brasil (2012-2022)

Anos	Migrantes – Empregos formais	Brasileiros – Empregos Formais	Proporção de migrantes no mercado formal
2012	72.852	47.458.712	0,0015
2013	92.011	48.948.433	0,0019
2014	116.375	49.571.510	0,0023
2015	127.879	48.060.807	0,0027
2016	113.295	46.060.198	0,0024
2017	122.658	46.281.590	0,0026
2018	136.329	46.631.115	0,0029
2019	159.793	46.716.492	0,0034
2020	182.995	46.236.176	0,0039
2021	195.503	48.728.857	0,0040
2022	224.301	52.788.939	0,0042
Total Geral	1.543.991	52.7482.829	0,0029

Fonte: OBMIGRA, RAIS e cálculo dos autores, 2012-2022.

Em 2012, os migrantes representavam 0,15% do total de empregos formais, enquanto em 2022 essa proporção subia para 0,42%. Embora ainda pequena, essa participação cresceu de forma consistente, diminuindo uma tendência de aumento da inserção migrante no mercado de trabalho formal.

A taxa de crescimento anual da inserção de migrantes no mercado formal é evidenciada no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Evolução da Taxa de Crescimento Anual dos Migrantes no Mercado de Trabalho Formal no Brasil (2012-2022)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados obtidos nas bases SISMIGRA e RAIS.

Entre 2012 e 2014, as taxas de crescimento foram bastante positivas, atingindo 24,89% em 2014. No entanto, entre 2015 e 2016, houve uma queda acentuada,

refletindo os impactos da crise econômica brasileira nesse período. A partir de 2017, os táxons voltaram a ser positivos, atingindo 17% em 2019.

Durante a pandemia, a taxa desacelerou para 1,37% em 2021, voltando a crescer 5,91% em 2022. Uma taxa acumulada de 176,79% ao longo do período indica um crescimento substancial da participação migrante no mercado formal.

Destaca-se que a taxa de crescimento acumulada de 176,79% ao longo do período prolongado indica que, apesar das flutuações anuais, houve um aumento substancial na inserção de migrantes no mercado formal brasileiro. Essa trajetória positiva reforça o papel crescente dos migrantes na economia do Brasil e ressalta a importância de continuar monitorando sua participação e integrando políticas públicas que promovam sua inserção de maneira equitativa e sustentável.

A análise estatística foi realizada por meio de regressão linear simples, conforme apresentado na Tabela 2. O modelo revelou um R^2 ajustado de 0,949, diminuindo que 94,9% da variação na proporção de migrantes empregados formalmente pode ser explicada pelo tempo (anos).

Tabela 2 - Resumo do modelo^b

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	,977 ^a	,954	,949	,000	1,218

a. Preditores: (Constante), Anos

b. Variável Dependente: MigrantesTrabalhoFormal

Fonte: Saída do software SPSS 25.0

A Tabela 3 apresenta os coeficientes de regressão, mostrando que, para cada ano adicional, a proporção de migrantes no mercado formal cresce 0,02628%, com significância estatística ($p < 0,001$).

Tabela 3 - Coeficientes^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		Sig.	95,0% Intervalo de Confiança para B	
	B	Erro	Beta	t		Limite inferior	Limite superior
1 (Constante)	,001	,000		10,275	,000	,001	,001
Anos	,000	,000	,977	13,662	,000	,000	,000

a. Variável Dependente: MigrantesTrabalhoFormal

Fonte: Saída do software SPSS 25.0.

A solução da regressão pode ser escrita como:

$$\text{Proporção de migrantes no mercado formal} = 0,00134 + 0,0002628 \times \text{Ano}$$

Este modelo indica que, para cada ano adicional, a proporção de migrantes no mercado formal aumenta de forma significativa.

A validade do modelo foi confirmada por meio de testes estatísticos. Verificamos um dos pressupostos do modelo de regressão, a independência dos erros, utilizando a estatística Durbin-Watson, apresentada na Tabela 2. O valor de Durbin-Watson é de 1.218. Esse valor está próximo de 2, o que indica que não há correlação significativa entre os resíduos. Valores de Durbin-Watson entre 1,5 e 2,5 são geralmente considerados aceitáveis, e no caso do presente modelo, o valor sugere que os erros residuais são independentes, atendendo a esse pressuposto de não autocorrelação dos resíduos. A Tabela 4 apresenta os resultados do teste de normalidade de Shapiro-Wilk, indicando que os resíduos seguem uma distribuição normal ($p = 0,332$).

Tabela 4 - Testes de Normalidade

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Unstandardized Residual	,146	11	,200*	,922	11	,332

*. Este é um limite inferior da significância verdadeira.

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Fonte: Saída do software SPSS 25.0.

A Tabela 5 apresenta os resultados do teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg, demonstrando homocedasticidade dos resíduos e garantindo robustez na análise de regressão.

Tabela 5 - Teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1 Regressão	,057	1	,057	,057	,817 ^b
Resíduo	9,001	9	1,000		
Total	9,058	10			

a. Variável Dependente: RESUP

b. Preditores: (Constante), Unstandardized Predicted Value

Fonte: Saída do software SPSS 25.0.

Para complementar a análise, foi aplicado um modelo log-lin (logarítmico-linear), cujos resultados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Resumo do modelo log-lin

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
0,970	0,941	0,934	0,083

Obs.: a variável independente é Anos.

Fonte: Saída do software SPSS 25.0.

O R^2 do modelo log-lin foi de 0,941, ou seja, o 94,1% da variação na proporção de migrantes empregados formalmente pode ser explicada pelo tempo. Embora o

ajuste do modelo linear tenha sido superior, o modelo log-lin permite capturar um crescimento percentual médio de 9,4% ao ano, conforme mostrado na Tabela 7.

Tabela 7 - Coeficientes do modelo log-lin

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		t	Sig.
	B	Erro	Beta	Erro		
Anos	,094	,008	,970	,000	11,942	,000
(Constante)	-6,448	,054			-120,480	,000

A variável dependente é $\ln(\text{MigrantesTrabalhoFormal})$.

Fonte: Saída do software SPSS 25.0.

Substituindo pelos valores obtidos na regressão log-lin da Tabela 7:

$$\ln(\text{MigrantesTrabalhoFormal}) = -6,448 + 0,094 * \text{Anos}$$

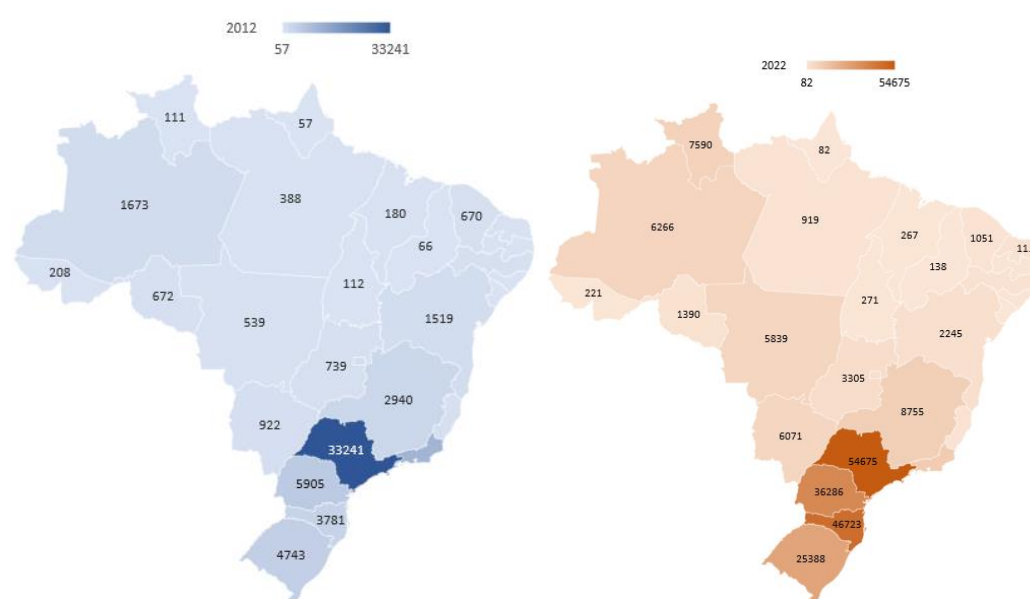
ou

$$\text{MigrantesTrabalhoFormal} = e^{(-6,448 + 0,094 * \text{Anos})}$$

O modelo log-lin forneceu uma visão mais realista da relação entre o tempo e a proporção de migrantes empregados formalmente. Esse resultado sugere que a participação dos migrantes no mercado formal segue um padrão de crescimento exponencial, o que pode indicar um aumento progressivo na absorção dessa mão de obra no Brasil.

A Figura 1 ilustra a distribuição dos imigrantes registrados como trabalhadores formais por Estado nos anos de 2012 e 2022.

Figura 1 - Distribuição dos imigrantes registrados como trabalhadores formais por Estado



Fonte: Estoque da RAIS nos anos de 2012 e 2022.

Observa-se uma grande desigualdade na distribuição distribuída da força de trabalho migrante, com concentração maior nos Estados do Sul e Sudeste e um aumento expressivo nos Estados da Região Norte, especialmente Roraima e Amazonas.

Em 2012, a maior parte dos migrantes empregados formalmente estava em São Paulo (33.241), seguido por Paraná (9.562), Santa Catarina (7.381) e Rio Grande do Sul (3.781). Esse padrão reflete a maior demanda por trabalhadores estrangeiros nos setores industriais e de serviços nas regiões mais direcionadas do país. Já em 2022, houve um crescimento expressivo da inserção de migrantes no mercado formal em diversos Estados, destacando-se:

- ✓ São Paulo com 54.675 migrantes empregados, mantendo-se como o principal polo de absorção de mão de obra migrante.
- ✓ Santa Catarina com 46.723 trabalhadores migrantes, evidenciando um aumento substancial na participação dessa força de trabalho.
- ✓ Roraima, que passou de 739 migrantes em 2012 para 16.626 em 2022, um aumento expressivo devido à crise humanitária na Venezuela.
- ✓ Amazonas, que também registrou um aumento significativo, de 670 migrantes em 2012 para 6.305 em 2022, diminuindo que o Estado não é apenas uma porta de entrada, mas um destino consolidado para trabalhadores migrantes.
- ✓ Rio Grande do Sul com 25.838 migrantes em 2022, ampliando sua participação na absorção da mão de obra estrangeira.

A análise mostra que os Estados do Sul e Sudeste continuam sendo os principais receptores de migrantes no Brasil, porém, nos últimos anos, houve um crescimento expressivo da inserção de migrantes nos Estados do Norte, especialmente Roraima e Amazonas. Essas características podem estar relacionadas à proximidade geográfica com os países emissores de migrantes e à necessidade de trabalho nesses Estados.

Os dados da Figura 1 reforçam que a migração tem impactado o mercado de trabalho de maneira diferenciada nas regiões do Brasil. Enquanto os Estados do Sul e Sudeste continuam absorvendo um grande volume de trabalhadores migrantes em setores estratégicos da economia, os Estados do Norte

desempenham um papel fundamental na recepção de migrantes vulneráveis, principalmente venezuelanos.

Se analisado o período, os dez estados com a maior proporção percentual média de imigrantes formais no mercado de trabalho em relação aos brasileiros empregados ao longo dos anos analisados são Roraima (2,13%); Santa Catarina (0,94%); Paraná (0,59%); Rio Grande do Sul (0,49%); Amazonas (0,48%); Mato Grosso do Sul (0,44%); Mato Grosso (0,35%); São Paulo (0,33%); Rondônia (0,25%); Rio de Janeiro (0,25%).

O impacto dos migrantes varia regionalmente, com Estados como Roraima e Santa Catarina apresentando altas concentrações de trabalhadores estrangeiros em relação à força de trabalho local. Essa tendência pode estar relacionada tanto a fatores estruturais da economia quanto a políticas migratórias e trabalhistas empregadas nas últimas décadas.

As descobertas indicam que a participação dos migrantes no mercado formal brasileiro vem crescendo de forma progressiva e contínua, com variações causadas por crises econômicas e eventos como a pandemia de COVID-19. A inclusão da mão de obra migrante se dá de maneira heterogênea entre os Estados e reforça que a migração tem um impacto positivo no mercado de trabalho formal brasileiro, contribuindo para a diversificação da mão de obra e ajudando a suprir demandas setoriais específicas.

5. DISCUSSÃO

A presente pesquisa analisou o impacto da migração no mercado de trabalho formal brasileiro entre 2012 e 2022, destacando a inserção progressiva dos migrantes e suas variações ao longo do tempo e entre regiões. Os resultados indicaram uma tendência crescente na participação dos migrantes no mercado formal, apesar de oscilações causadas por crises econômicas e sanitárias, como a pandemia de COVID-19. Essa dinâmica pode ser interpretada à luz das principais teorias da migração e do mercado de trabalho, assim como em comparação com estudos anteriores.

Os resultados evidenciaram um crescimento contínuo da participação dos migrantes no mercado de trabalho formal brasileiro entre 2012 e 2022, com variações significativas ao longo dos anos e entre os estados. Esse aumento reforça a ideia de que a transferência desempenha um papel cada vez mais relevante na economia do país, contribuindo para a oferta de mão de obra e impactando diferentes setores produtivos. A literatura sugere que essas características podem ser interpretadas à luz da Teoria do Capital Humano, segundo a qual os migrantes tomam decisões racionais em busca de melhores oportunidades de trabalho e rendimento, muitas vezes preenchendo lacunas no mercado de trabalho local (Becker, 1993). A análise dos estoques de trabalhadores registrados na RAIS confirmou a tendência crescente de absorção dessa mão de obra, com destaque para o período pós-2018, quando políticas migratórias mais flexíveis e crises humanitárias intensificaram os fluxos migratórios para o Brasil.

A análise temporal revelou que, entre 2012 e 2015, houve um crescimento significativo na absorção da mão de obra migrante, seguido por um declínio em 2016 e 2017, refletindo a crise econômica brasileira nesse período. A retomada do crescimento a partir de 2018 coincide com a intensificação da entrada de migrantes venezuelanos e haitianos, refletindo a teoria do Exército Industrial de Reserva, que sugere que os fluxos migratórios estão ligados à demanda cíclica por mão de obra, com migrantes ocupando funções precarizadas em momentos de necessidade econômica.

O impacto da pandemia de COVID-19, inicialmente esperado como um fator de retração na inserção de migrantes, não impediu a continuidade do crescimento desse grupo no mercado formal. Em 2020, aconteceu uma leve desaceleração, mas os números voltaram a subir em 2021 e 2022, evidenciando que os migrantes se mantiveram resilientes às oscilações econômicas. Esse padrão corrobora estudos que indicam que a mão de obra migrante tende a se adaptar rapidamente às demandas do mercado, muitas vezes aceitando condições mais instáveis de trabalho ou se concentrando em setores menos afetados pela crise (OCDE, 2023). Além disso, o aumento expressivo no número de trabalhadores formais migrantes a partir de 2018 pode estar relacionado a mudanças nas políticas públicas, como o

Acordo de Residência do Mercosul e a facilitação da regularização de imigrantes de países como Venezuela e Haiti.

A distribuição regional dos trabalhadores migrantes revelou padrões interessantes. Estados como São Paulo, Santa Catarina e Paraná se consolidaram como principais polos de atração, refletindo sua capacidade de absorção de mão de obra estrangeira em setores diversificados da economia. Ao mesmo tempo, Roraima e Amazonas apresentaram um crescimento acelerado na presença de trabalhadores migrantes, especialmente a partir de 2017, o que pode estar diretamente relacionado à crise migratória venezuelana. No entanto, a elevada concentração de migrantes em Roraima contrasta com a sua capacidade limitada de inserção no mercado formal, indicando um possível aumento da vulnerabilidade socioeconômica dessa população. Essa manifestação é consistente com estudos que destacam como a concentração de migrantes em determinadas regiões nem sempre se traduz em uma tecnologia efetiva ao mercado formal, resultando em um contingente maior de trabalhadores em situação precária ou informal (Carneiro, 2017).

A análise dos modelos de regressão confirmou o forte brilho entre o tempo e a proporção de migrantes no mercado de trabalho formal. O modelo linear indicou um crescimento constante da participação dos migrantes ao longo dos anos, enquanto o modelo log-lin capturou uma tendência exponencial, com um aumento médio de 9,4% ao ano na proporção de migrantes empregados formalmente. Esses resultados reforçam a hipótese de que a presença de migrantes no mercado formal está em ascensão, uma característica que pode ser explicada tanto pelo crescimento populacional desse grupo quanto pela maior facilidade e demanda por sua mão de obra em setores específicos. No entanto, a literatura aponta que esse aumento da formalização não significa necessariamente melhores condições de trabalho, pois muitos migrantes ainda enfrentam barreiras institucionais, como dificuldades na revalidação de diplomas e na obtenção de empregos compatíveis com sua qualificação profissional (Pulido e Varón, 2024).

O crescimento da participação dos migrantes no mercado de trabalho formal pode estar associado a fatores estruturais da economia brasileira. A teoria histórico-estruturalista sugere que a migração e a inserção no mercado de trabalho são

determinadas por processos econômicos mais amplos, nos quais o capital utiliza essa mão de obra de forma flexível, absorvendo-a conforme as necessidades produtivas (Dos Santos et al., 2010). A presença crescente de migrantes pode ser interpretada como uma resposta à necessidade de setores específicos de preenchimento de vagas com baixas oportunidades ou de difícil ocupação por trabalhadores locais. Esse processo é visível na maior inserção de migrantes em setores como construção civil e serviços, corroborando estudos anteriores que indicam que esses trabalhadores muitas vezes ocupam posições menos desejadas pelos nacionais (Oliveira e Oliveira, 2020).

Os resultados também revelaram um aumento na desigualdade regional em relação à inserção de migrantes no mercado formal. Enquanto os estados do Sul e Sudeste apresentaram um padrão de absorção mais estável e crescente, regiões como Norte e Centro-Oeste ainda enfrentam dificuldades para integrar plenamente essa força de trabalho. Isso pode estar relacionado às diferenças na estrutura econômica desses estados e na existência de redes sociais que favorecem a migração para determinados polos econômicos. Estudos anteriores sugerem que a inserção de migrantes no mercado de trabalho não depende apenas da demanda por mão de obra, mas também de redes de apoio que facilitam o processo de adaptação e empregabilidade (Gissi e Andrade, 2022).

Além das disparidades regionais, os resultados reforçam a persistência de desigualdades de gênero e origem no mercado de trabalho formal. Os dados indicam que o salário médio dos migrantes varia significativamente conforme o país de origem, com trabalhadores de nações do Norte recebendo remunerações globais superiores aos países latino-americanos e africanos (Neto e Simões, 2020). Essa desigualdade reflete barreiras institucionais e estereótipos que afetam a ascensão profissional dos migrantes no Brasil. O recorte de gênero também se mostrou relevante, uma vez que a participação feminina na força de trabalho migrante aumentou ao longo da década, mas a pandemia afetou desproporcionalmente as mulheres migrantes, resultando em maior concentração em empregos informais e de baixos salários (Tonhati e Macêdo, 2021).

A comparação dos resultados desta pesquisa com estudos internacionais reforça que a relação entre migração e mercado de trabalho é complexa e multifacetada.

No Chile, por exemplo, Jiménez (2021) mostrou que a migração não impactou aspectos sobre o nível de emprego dos trabalhadores nacionais, mas verificado em uma maior concentração de imigrantes em postos de trabalho de baixa qualificação. Da mesma forma, na Espanha, Urriza (2008) mencionou que os migrantes tendem a ocupar empregos que não são desejados pelos trabalhadores locais, um padrão que também se observa no Brasil. Esses resultados indicam que, embora a presença de migrantes no mercado formal tenha aumentado, barreiras estruturais para sua ascensão profissional e melhoria salarial permaneceram.

Diante desse cenário, os resultados deste estudo ressaltam a necessidade de políticas públicas mais eficazes para a inclusão dos migrantes no mercado de trabalho formal. Embora a formalização tenha crescido, ainda há desafios em termos de igualdade de oportunidades e proteção social. Políticas de reconhecimento de diplomas, capacitação profissional e combate à discriminação são fundamentais para garantir que os migrantes não tenham apenas acesso ao mercado formal, mas também podem melhorar suas condições de trabalho e remuneração. Além disso, a distribuição desigual dos migrantes entre os estados sugere a necessidade de estratégias regionais diferenciadas para facilitar a integração dessa população. A ampliação de programas de regularização e incentivos à contratação de migrantes pode contribuir para uma maior inclusão social e econômica desse grupo no Brasil.

Os resultados indicam que a migração tem um impacto crescente e estrutural no mercado de trabalho formal brasileiro. A formalização dos migrantes aumentou significativamente ao longo da última década, mas esse processo ainda é desigual e enfrenta desafios relacionados à segregação ocupacional, disparidades salariais e acesso limitado a oportunidades de ascensão profissional. A continuidade dessas tendências dependerá não apenas das dinâmicas do mercado de trabalho, mas também das políticas públicas impostas para garantir uma inserção mais equitativa dos trabalhadores no Brasil.

A crescente inserção de migrantes no mercado formal brasileiro levanta questões importantes sobre políticas de regularização e integração dessa população. Os dados demonstram que os migrantes estão ocupando espaços no mercado formal de maneira gradual, mas ainda enfrentam desafios relacionados à precarização e à

segmentação do trabalho. O aumento da proporção de migrantes em estados como Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul sugere que algumas regiões estão absorvendo melhor essa mão de obra, enquanto outras, como Roraima e Amazonas, lidam com dificuldades de integração econômica.

A análise da distribuição regional também indica que a migração não ocorre de maneira homogênea. Em estados como São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, os migrantes parecem estar mais bem integrados ao mercado de trabalho, enquanto estados do Norte podem estar funcionando como zonas de passagem, sem uma efetiva absorção dessa mão de obra. Isso levanta a necessidade de políticas regionais específicas para facilitar a integração e aproveitamento do potencial produtivo dessa população.

Embora os resultados tenham fornecido uma visão abrangente sobre a inserção dos migrantes no mercado formal, algumas limitações devem ser destacadas. A dependência de dados secundários pode ter restringido a capacidade de identificar dinâmicas mais detalhadas, como diferenças setoriais na absorção de migrantes. Além disso, a análise não contemplou aspectos qualitativos, como percepções dos migrantes sobre sua inserção e condições de trabalho.

Pesquisas futuras podem explorar a distribuição setorial da mão de obra migrante, investigando quais setores estão absorvendo mais trabalhadores estrangeiros e em quais condições. Além disso, um aprofundamento sobre os impactos salariais da migração e sua relação com a produtividade econômica pode fornecer insights valiosos para a formulação de políticas de emprego e integração social.

5. Conclusão

Este estudo analisou o impacto da migração no mercado de trabalho formal brasileiro entre 2012 e 2022, destacando o crescimento contínuo da participação dos migrantes e suas variações regionais. Os resultados demonstraram que, apesar das oscilações econômicas e da pandemia de COVID-19, a inserção de migrantes no mercado formal avançou uma trajetória ascendente, destacando sua importância crescente na economia nacional.

A regressão linear indicou um crescimento constante da proporção de migrantes empregados formalmente, enquanto o modelo log-lin indicou um aumento percentual médio anual de 9,4%, reforçando a tendência de expansão desse grupo no mercado formal. Entretanto, a distribuição regional revelou desigualdades, com estados do Sul e Sudeste absorvendo migrantes de maneira mais consistente, enquanto regiões como Roraima e Amazonas enfrentam desafios na integração dessa força de trabalho.

A literatura sugere que a migração não apenas preenche lacunas no mercado de trabalho, mas também enfrenta barreiras institucionais, como dificuldades na revalidação de diplomas, discriminação e segmentação ocupacional. Apesar do crescimento da formalização, ainda há desafios na garantia de melhores condições de trabalho e oportunidades para os migrantes. A partir da interseção entre os achados empíricos e as teorias migratórias, conclui-se que os migrantes estão sendo progressivamente absorvidos pelo mercado formal, embora ainda enfrentem desafios estruturais e institucionais que demandam ações políticas mais direcionadas.

Diante desse cenário, políticas públicas que promovam a inclusão, a qualificação profissional e a proteção dos direitos trabalhistas dos migrantes são essenciais para ampliar sua integração no mercado formal. A continuidade dessa tendência dependerá tanto das dinâmicas do mercado quanto das estratégias governamentais para garantir uma inserção equitativa e sustentável dos migrantes na economia brasileira.

Referências

ALAMI, I; COPLEY, J; MORAITIS, A. The 'wicked trinity' of late capitalism: Governing in an era of stagnation, surplus humanity, and environmental breakdown. **Geoforum**, v. 153, p. 103691, 2024.

BECKER, G. S. (1993). **Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago, University of Chicago Press, 3 ed., 1993.

CARNEIRO, C. S. Migrações internacionais e precarização do trabalho: o contexto global, os acordos de residência do Mercosul e os imigrantes sulamericanos no Brasil. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 26. p. 337-374, 2017.

CAVALCANTI, L. et al. **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2015. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/cadernos.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

DE NAZARÉ, A. T. A governamentalidade neoliberal enquanto forma de mobilizar vidas: refletindo sobre as migrações internacionais. **Revista da Defensoria Pública da União**, n. 15, p. 213-229, 2021.

DOS SANTOS, M. A. et al. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Texto para discussão N° 398, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

GISSI, N; ANDRADE, E. Migración venezolana reciente en Chile: inserción socioeconómica, comercio y redes intra e interétnicas en Santiago (2018-2021). **Si Somos Americanos-Revista de Estudios Trasfronterizos**, v. 22, n.2, p.130-152, 2022.

GUJARATI, DN; PORTER, DC. **Econometria básica**. AMGH Editora Ltda. São Paulo, 2011.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise de dois setores. **The American Economic Review**, v. 60, n. 1, p. 126-142, 1970.

JIMÉNEZ, J. **Impacto de la inmigración reciente en el empleo y salarios en Chile: datos y percepciones, 2010-2019**. Informe para optar al Grado de Licenciatura en Historia. Universidad de Chile. 2021.

LEÃO, L. H. DC. Et al. Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 7, p. e00181816, 2017.

MITTERBACHER, K; FLEIß, J; PALAN, S. Reciprocity in migration policy and labor market integration: A lab experiment. **Economic Analysis and Policy**, v. 81, p. 1-16, 2024.

NETO, J. H; SIMÕES, A. Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro. **PÉRIPOS, Revista de Pesquisa sobre Migrações**, v. 4, n. 2, p. 95-124, 2020.

NETO, N. N. G.; GERMER, C. M. A evolução recente do mercado de força de trabalho brasileiro sob a perspectiva do conceito de exército industrial de reserva. **Revista de Ciências do Trabalho**, v. 1, n.1, p. 162-181, 2013.

NIKOLAOS, C; TSALIKI, P. The dynamics of capital accumulation in Marx and Solow. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 57, p. 148-158, 2021.

OLIVEIRA, E. F. **Características e mensuração do exército industrial de reserva brasileiro, de 2000 a 2015**. Orientador(a), Flávio Braga de Almeida Gabriel; coorientador(a), Mirian Beatriz Schneider, Dissertação (Programa de Pós-graduação em economia) Universidade Estadual do Oeste de Paraná – UNIOESTE, 2020.

OLIVEIRA, T; OLIVEIRA, W. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal: o que nos dizem as pesquisas domiciliares? **PÉRIPOS - Revista de Pesquisa sobre Migrações**, v.4, n. 2, p. 65-94, 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Perspectivas das Migrações Internacionais 2023*. Paris: OCDE, 2023.

Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/2023/10/international-migration-outlook-2023_0faed233.html. Acesso em: 30 set. 2024.

PEIXOTO, J. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas**. SOCIUS Working Papers. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2004.

PULIDO, J; VARÓN, A. Misallocation of the immigrant workforce: Aggregate productivity effects for the host country. **Economic Modelling**, v. 130, p. 106475, 2024.

SILVA, R. F. BENTO, J. S. Política migratória e direito ao trabalho: estudo de caso sobre a acolhida de imigrantes venezuelanos no Sul do Brasil. **Revista Colombia Internacional**, n. 106, p. 165-199, 2021.

SIMÕES, A, et al. **A Inserção do Imigrante Qualificado no Mercado Formal de Trabalho Brasileiro 2010 a 2019**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento de Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: [Relatórios Mensais - Portal de Imigração](#). Acesso em 21 set. 2024.

TONHATI, T. M. P.; MACÊDO, M. de. Os impactos da pandemia de Covid-19 para as mulheres imigrantes no Brasil: mobilidade e mercado de trabalho. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 03, p. 891-914, 2021.

URRIZA, CM. **El impacto de la inmigración en el mercado de trabajo español (ARI)**. Real Instituto Elcano. ARI Nº 39/2008: 03 de abril de 2008. Disponível em: <https://www.realinstitutoelcano.org/analisis/el-impacto-de-la-inmigracion-en-el-mercado-de-trabajo-espanol-ari/>. Acesso em: 25 set. 2024.

VILELA, E. M. Desigualdade e Discriminação de Imigrantes Internacionais no Mercado de Trabalho Brasileiro. **DADOS-Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, p. 89-128, 2011.

VILELA, E. M.; COLLARES, A. C. M.; DE NORONHA, C. L. A. Migration and labor in Brazil: ethnonational and racial factors. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 87, p. 19-42, 2015.

VILLARROEL, E. J. W. **A Efetivação dos Direitos Humanos e Proteção Social na migração forçada de venezuelanos em Manaus- Brasil**. Orientador: Yunier Sarmiento Ramírez. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. 2021.

WEISS, W. J. R. C; FONTANA, O. A. P. **A importância da validação do diploma estrangeiro para imigrantes inseridos no mercado de trabalho brasileiro**. II Seminário de pesquisa sobre migração: fortalecendo as redes de apoio. II Encontro Sulbrasileiro dos estudantes imigrantes no ensino superior. 2023. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/spm/article/view/18151>. Acesso em: 22 set. 2024.